



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10218.000490/2005-75
<b>Recurso nº</b>	878.550 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3101-000.981 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	24 de janeiro de 2012
<b>Matéria</b>	Compensação
<b>Recorrente</b>	COMPANHIA SIDERURGICA DO PARÁ - COSIPAR
<b>Recorrida</b>	DRJ/BELÉM-PA

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 01/04/2003 a 30/06/2003

**NORMAS PROCESSUAIS - INTEMPESTIVIDADE.**

O Recurso Voluntário apresentado fora do prazo regulamentar, acarreta a preclusão do direito, impedindo ao julgador de conhecer as razões da defesa. O decurso do prazo para interposição do Recurso Voluntário consolida o crédito tributário na esfera administrativa (artigo 33, do Decreto 70.235, de 06 de março de 1.972).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.

Henrique Pinheiro Torres - Presidente

Luiz Roberto Domingo - Relator

Participaram do julgamento os Conselheiros Tarásio Campelo Borges, Valdete Aparecida Marinheiro, Corintho Oliveira Machado, Vanessa Albuquerque Valente, Luiz Roberto Domingo e Henrique Pinheiro Torres (Presidente)

**Relatório**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 20/03/2012 por LUIZ ROBERTO DOMINGO, Assinado digitalmente em 20/03/2012

por LUIZ ROBERTO DOMINGO, Assinado digitalmente em 28/05/2012 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Impresso em 01/06/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pela Recorrente contra decisão prolatada pela DRJ-Belém-PA, que homologou parcialmente o direito creditório de PIS, atribuindo-lhe o direito de restituição apenas aos créditos decorrentes de insumos aplicados ou consumidos em ação direta sobre o produto em fabricação – recuperação elétrica em motores e recuperação de lingoteiras -, cuja ementa está transcrita nos seguintes termos:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP*

*Período de apuração: 01/04/2003 a 30/06/2003*

*Ementa:*

*PIS/PASEP. CRÉDITOS. INSUMOS.*

*No cálculo do PIS Não-Cumulativo somente podem ser descontados créditos calculados sobre valores correspondentes a insumos, assim entendidos os bens ou serviços aplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens e na prestação de serviços.*

*DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. QUANTUM RECONHECIDO DE CRÉDITO.*

*A declaração de compensação depende da existência de um crédito, razão pela qual deve ser homologada na exata medida do direito creditório reconhecido.*

*Impugnação Procedente em Parte*

*Direito Creditório Reconhecido em Parte*

Intimada em 17/08/2010, conforme conta do carimbo de retorno do AR à Agência Postal dos Correios (fls. 197), a Recorrente aparelhou Recurso Voluntário em **17/09/2010**, no qual alega que todos os produtos intrínsecos a atividade fabril são considerados insumos e dão direito a crédito de PIS não cumulativo, devendo ser afastada à glosa dos créditos referentes às despesas com aluguéis de máquinas e equipamentos e combustíveis e lubrificantes.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro Luiz Roberto Domingo, Relator

Preliminarmente é dever do julgador apreciar os requisitos de admissibilidade do Recurso Voluntário.

O artigo 56 da Lei nº 9.784/99 confirma o direito constitucional de o contribuinte interpor recurso contra as decisões administrativas, determinando que “*das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito*”. Daí, conclui-se, que o sujeito passivo possui o direito de recorrer das decisões administrativas, proferidas pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento, pois, somente assim, estará

assegurado o seu direito à ampla defesa, consagrado pela Constituição Federal e pelas normas infraconstitucionais.

Vislumbra-se que tal fato busca, na verdade, o reexame da decisão por outra autoridade, a fim de obter-se um aprimoramento dos julgados na fundamentação de suas decisões, propiciando, desta forma, maior segurança ao sistema.

Pois bem, vencido em primeira instância, o contribuinte não está obrigado a recorrer, mas, se assim proceder, estará sujeito ao prazo de 30 dias, sob pena de preclusão, apresentar Recurso Voluntário, conforme preceitua o *caput* do art. 33, do Decreto nº 70.235/72 c.c. art. 68 do Decreto nº 7.574/2011.

Verifica-se, que se ultrapassado esse período, qual seja, 30 (trinta) dias contados a partir da ciência da decisão, sem a apresentação pelo contribuinte do Recurso Voluntário, estará ele impedido de apresentar referido recurso em outro momento.

No caso em tela, a Recorrente foi intimada de modo regular em **17/08/2010 (terça-feira)**, conforme Aviso de Recebimento – AR (fls. 197), e só protocolizou seu Recurso Voluntário na data de **17/09/2010 (sexta-feira)**, ou seja, no dia seguinte ao transcurso do prazo recursal, já que o prazo encerrou-se no dia 16/09/2010 (quinta-feira).

Diante do exposto, não conheço do presente Recurso Voluntário, por intempestivo.

Luiz Roberto Domingo